

EXCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA DA CIDADE DO ASSÚ: DO IMPÉRIO À PRIMEIRA REPÚBLICA

Gilson Lopes da Silva

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRN.

E-mail: gillopes2000@hotmail.com

Marlúcia Menezes de Paiva

Professora do Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRN.

E-mail: mmarlupaiva3@gmail.com

RESUMO: Por meio deste trabalho, pretendemos analisar as formas de relação e exclusão social que se estabeleceram no processo de consolidação da educação primária da cidade do Assú/RN durante o Império e a Primeira república. A primeira legislação do Império brasileiro referente ao ensino primário é instituída em 15 de outubro de 1827 criando escolas de primeiras letras nas cidades, vilas e lugares mais populosos. Por ser uma importante vila do interior da província do Rio Grande do Norte nesse período, a então Vila Nova da Princesa (antigo nome da cidade do Assú) recebeu cadeiras de primeiras letras no ano de 1829. Durante a Primeira República são implantados no país os grupos escolares, apresentando inovações pedagógicas e arquitetura moderna. Na cidade do Assú, foi inaugurado em setembro de 1911 o Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. A implantação do grupo escolar ocorreu simultaneamente à um processo de expansão literária e cultural e o desenvolvimento econômico da cidade, que já consolidava sua presença no estado. Observamos que a consolidação da educação primária na cidade favorecia aos comerciantes e donos de fazendas, e manifestaram-se a partir de práticas excludentes. Essa realidade esteve presente nas escolas de primeiras letras e no Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, que beneficiavam os membros da elite local e apresentaram-se como elementos de manutenção das famílias da elite nos melhores postos da sociedade.

Palavras-chave: Exclusão social, Educação primária, Cidade do Assú, Império, República.

Introdução

O território do Vale do Açu, localizado no interior do Estado do Rio Grande do Norte, era habitado inicialmente por diversas tribos indígenas pertencentes a etnia **Janduis**. Com a chegada dos colonizadores portugueses no século XVII tem início um conflito com os indígenas locais em função do domínio da terra, que ficou registrado na história do Rio Grande do Norte como **Guerra dos Bárbaros**, ou **Confederação dos Cariris**. Por estarem mais armados belicamente, os europeus conquistaram o território e iniciaram as primeiras atividades extrativistas e o repovoamento da região com hábitos e costumes vindos de além-mar.

Depois de receber várias denominações, como Arraial de Santa Margarida (1687), Arraial de Nossa Senhora dos Prazeres (1696) e Povoação de São João Batista da Ribeira do Assú (1766), em 1788 o território passa a se chamar Vila Nova da Princesa e despontava economicamente na Capitania do Rio Grande como uma das maiores produtoras de carne seca da região.

Em 30 de setembro de 1845, João Carlos Wanderley, Deputado Provincial, deu entrada no projeto para elevar a Vila Nova da Princesa à categoria de cidade, sendo aprovado no dia 16 de outubro de 1845, passando a se chamar **Assú**. (SILVEIRA, 1995). Outras atividades econômicas foram implantadas na cidade, como a extração do algodão e a produção de cera de carnaúba. O desenvolvimento econômico vivido no município acelera uma série de transformações que denotam um certo progresso para uma pequena cidade sertaneja. (BEZERRA, 2010).

A partir da segunda metade do século XIX identifica-se outro sinal importante com o florescente destaque para a produção literária e cultural por meio da circulação de jornais, apresentações teatrais em palcos locais e uma constante produção poética. O conjunto dessas atividades, tanto no campo socioeconômico quanto cultural, deram visibilidade à cidade que chegou a ser considerada a **Atenas Norte-rio-grandense**¹.

A educação primária implantada no Assú foi fruto da instituição da lei de 15 de outubro de 1827. Elaborada pelo governo imperial, esta lei criava em todo o Brasil as escolas de primeiras letras nas cidades, vilas e lugares mais populosos. A então Vila Nova da Princesa recebeu oficialmente cadeira de primeiras letras em 1829.

Com a proclamação da República, em 1889, foram repensados vários espaços sociais, entre eles a educação popular, criando os grupos escolares. Na cidade do Assú, a implantação desse novo modelo ocorreu no dia 07 de setembro de 1911 com a inauguração do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. A implantação dessa instituição educacional ocorreu simultaneamente ao desenvolvimento econômico da cidade.

Os personagens beneficiados diretamente pelos sinais do progresso econômico da cidade foram os descendentes diretos de famílias europeias que compunham a elite local. Até mesmo na expansão literária e cultural do município as produções desenvolvidas contavam

¹ Trabalhamos com mais detalhes e profundidade a interação entre a expansão cultural e literária da cidade do Assú e a educação primária em nossa dissertação de mestrado, intitulada **História da Educação Primária na Atenas Norte-Rio-Grandense: Das Escolas de Primeiras Letras ao Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia (1829-1929)**. O trabalho foi defendido em fevereiro de 2017 no Programa de Pós-Graduação em Educação e está disponível no link: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23839/1/GilsonLopesDaSilva_DISSERT.pdf

com a participação efetiva dessas famílias, que viviam principalmente do comércio e do trabalho agrário nas fazendas.

Os que constituíam o oposto da vida social na cidade faziam parte da camada populacional formada principalmente pelos mestiços nascidos na capitania, descendentes dos poucos indígenas sobreviventes da **Guerra dos Bárbaros**; dos incorporados nas tropas militares de conquista da região na condição de soldados, como os negros, caboclos, pobres e sem terras que viviam mediante relações de trabalho não assalariado. (MONTEIRO, 2015). Essa parcela populacional não tinha acesso direto à terra e ficava à margem dos avanços socioeconômicos e culturais, mesmo que tenham contribuído significativamente com o progresso econômico da região por meio de sua força de trabalho.

Diante dessa complexidade presente nos fatos históricos da cidade, definimos como objetivo neste trabalho analisar as possíveis formas de relação e exclusão social que se estabeleceram no processo de consolidação da educação primária da cidade do Assú/RN, durante o Império e a Primeira república. Como procedimento metodológico, realizamos levantamento documental e a leitura e análise de referências bibliográficas. As fontes são livros de escritores que evidenciam o cotidiano da cidade do Assú, trabalhos acadêmicos e documentos referentes as instituições pesquisadas. O referencial teórico está embasado nas reflexões de Frago (1993) sobre a história da alfabetização. O autor afirma que as habilidades de leitura e escrita mostram-se mais funcionais e vantajosas para um indivíduo no universo econômico, profissional, ideológico ou mesmo de *status*, dado que a alfabetização mantém relação intrínseca com uma estrutura sócio-ocupacional e fortalece um possível sistema excludente.

Escolas de Primeiras Letras na Vila Nova da Princesa

Após a Proclamação da Independência do Brasil da Coroa Portuguesa, em 1822, inicia-se a tarefa de estruturar o novo país de forma jurídico-administrativa com a elaboração de uma Constituição. Com a convocação da Assembleia Geral Constituinte, em 3 de junho de 1822, o Imperador levantou a necessidade de uma legislação especial que tratasse da instrução pública nacional. Contudo, essa preocupação inicial foi deixada temporariamente de lado e retomada entre os anos de 1826 e 1827. A Câmara dos Deputados aprovou um projeto modesto limitado ao ensino primário, resultando na Lei de 15 de outubro de 1827 e determinando a criação de **Escolas de Primeiras Letras**. (SAVIANI, 2013).

Contendo 17 artigos, a lei trata da criação das Escolas de Primeiras Letras nas cidades, vilas e lugares mais populosos do Império; dos ordenados dos professores, considerando as circunstâncias da população e carestia dos lugares; da aplicação do método de ensino mútuo; da instituição do ensino de leitura, escrita, cálculos, gramática da língua nacional e doutrina da religião católica; das escolas para meninas que receberiam também o ensino das prendas domésticas e da instituição dos mesmos ordenados e gratificações concedidas aos professores e professoras (IMPÉRIO DO BRAZIL, 1827).

Na Vila Nova da Princesa, é criada uma cadeira masculina de primeiras letras no dia 2 de setembro de 1829. No dia 5 do mesmo mês é criada outra cadeira feminina. (LIMA, 1990, p. 143). O exercício efetivo do magistério pós legislação de 1827 ocorre na vila em 1829 com o senhor José Felix do Espírito Santo. Bezerra (2006, p. 4) informa que surge “dessa iniciativa a primeira escola, conseqüentemente o primeiro professor primário da história do Assú. A aludida unidade educacional funcionou até o ano de 1843”.

Dona Maria Joaquina Ezequiel da Trindade assumiu em 1834 a cadeira criada para o público feminino, funcionando em sua residência. Dessa forma, ela se tornava a primeira professora a lecionar na vila. A partir do pioneirismo dos professores citados, outros letrados adotaram procedimento semelhante durante o século XIX e início do século XX, tornando-se importantes educadores locais.

Bezerra (2006, p. 4) aponta que a educação primária na cidade do Assú, nesse período, era um “privilegio de poucos afortunados” e que grande parte da população era de analfabetos. A parcela **afortunada** denunciada na fala do historiador assuense era formada pelos filhos da elite local, compreendendo principalmente fazendeiros, políticos, comerciantes e industriais das firmas de algodão e cera de carnaúba. Segundo Frago (1993, p. 38), “ainda que a alfabetização e a escola sejam instrumentos de controle, moralização e disciplina, abrem opções e criam possibilidades que não existem em uma sociedade ou indivíduos analfabetos”.

Essa realidade seguia um padrão vigente que se formou no Brasil-Colônia e persistiu durante o Império onde a escola pública apresentava um caráter elitista e excludente e reforçava o perfil de representatividade social das camadas mais abastadas. Para Ferreira (1999, p. 55):

a nossa elite intelectual brasileira foi formada por diferenciações econômicas, uma vez que os donos de engenhos, os fidalgos portugueses e os mineradores preocupavam-se em dar uma educação letrada aos seus filhos, muito distanciada da prática do trabalho manual, posto que era executada por escravos. Assim, a **formação acadêmica** procurada por essa elite era muito mais voltada para o *status* do que para uma prática profissional. Nesse sentido, a educação recebida era uma educação

marcadamente literária com influências europeizantes, adquirida nos colégios dos padres ou em suas próprias casas. (Grifo nosso).

Fica explícito que as pessoas das camadas populares apresentaram pouca ou nenhuma contribuição para a construção da identidade da cidade do Assú como Atenas Norte-rio-grandense que foi se construindo desde a segunda metade do século XIX. As escolas de primeiras letras existentes na cidade durante o Império foram importantes pois colaboraram com a expansão cultural e literária da cidade dado que alguns professores e diversos alunos estavam envolvidos com o universo da imprensa, da poesia e da literatura, mas o público mais simples não teve participação efetiva nessa expansão, ao menos durante o regime imperial. De acordo com Pinheiro (2002, p. 29):

pode-se considerar que, no período imperial, a organização da sociedade civil era ainda embrionária, e poucos eram os grupos sociais que dispunham de capacidade organizativa para pressionar o Estado, visando à obtenção de maiores investimentos para a educação, em geral, e, mais particularmente, para a instrução pública escolar. Vale lembrar que, à época, o Brasil – cuja economia era sustentada pela atividade agrária – tinha em seu imenso território, que apresentava baixíssima densidade demográfica, um contingente populacional rural elevado, boa parte do qual formado por escravos, sem direito à escola. Diante dessas condições materiais, a instrução escolar não se constituía em necessidade tão premente que suscitasse, nos grupos sociais subalternos, movimentos reivindicatórios de acesso à escola.

A escolarização na cidade do Assú seguia uma realidade presente em diversos outros pontos do país onde o poder público não via necessidade em oferecer instrução para a parcela mais carente da população, reproduzindo e mantendo, dessa forma uma estrutura social estratificada. “A **multiplicidade** de escolas deveria, portanto, restringir-se ao mundo urbano e destinar-se àqueles cujas profissões exigissem, pelo menos, a habilitação preliminar de saber ler e escrever”. (PINHEIRO, 2002, p. 30, grifo do autor).

Frago (1993, p. 39), afirma que a posse da habilidade de ler e escrever é funcional para um indivíduo quando ele faz uso dela:

seja por razões econômicas (comércio), profissionais (escrivãos, clérigos, funcionários), ideológicas (proselitismo religioso ou político) ou de *status* (a posse de livros e o conhecimento da escrita como símbolo de distinção social entre aqueles que não necessitam dela econômica ou profissionalmente).

Parece-nos que esses apontamentos de Frago mantém uma relação com o recorte temporal e espacial delimitado em nosso trabalho, pois, numa sociedade excludente como a cidade do Assú ser alfabetizado pressupõe uma relação com um caráter econômico-profissional, com a busca de *status* ou um perfil ideológico.

Essa realidade do Império ainda vigente na cidade mesmo durante a instituição da Primeira República deixa entrever que as ideias e medidas educacionais tomadas na sede do poder público nacional não eram de imediato adotadas nos lugares mais recônditos, principalmente por estarem condicionadas aos interesses de grupos políticos e oligarquias locais.

Frago (1993) considera que o fenômeno da história da alfabetização apresenta complexidades e inter-relaciona-se com uma diversidade ampla de causas e efeitos que expressam ligações com interesses e bases ideológicas de lugares, momentos históricos, grupos sociopolíticos e sujeitos que motivam, legitimam, impulsionam ou freiam os modos e procedimentos do processo de alfabetização em sua difusão temporal, espacial e social.

Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia: um espaço educacional para a elite assuense

Souza (1998, p. 27), destaca que nas últimas décadas do século XIX intelectuais, políticos, homens de letras e grandes proprietários rurais brasileiros manifestaram uma série de interesses e para levá-los adiante “enfrentaram e debateram intensamente os problemas do crescimento econômico do país, a transição para o trabalho livre, a construção de uma identidade nacional, a modernização da sociedade e o progresso da nação”. Observamos que o novo momento de consolidação da história da educação no país fez parte desse debate.

No início da República, proclamada em 1889, a educação popular estava sob a responsabilidade dos estados. O Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890 assinado por Benjamin Constant instituiu uma reforma nos ensinos primário e secundário. Apesar de estar restrito ao Distrito Federal, o documento apresentava-se como uma referência para a organização do ensino nacional. Porém, Saviani (2013, p. 165) afirma que essa reforma pretendia conciliar estudos literários e científicos, recebendo diversas críticas e “a tentativa mais avançada em direção a um sistema orgânico de educação foi aquela que se desenvolveu no estado de São Paulo” que lançou em 8 de setembro de 1892 a Lei nº 88.

Embora a reforma promulgada no documento abrangesse todos os setores da instrução pública, o foco da lei era o ensino primário e a grande novidade veio com a instituição dos grupos escolares que representavam um momento de modernização do ensino no Brasil. Esse novo modelo educacional era constituído pela reunião ou agrupamento de três ou mais escolas regidas cada uma por um professor, compreendendo cursos infantil, elementar e complementar, sob a administração de um diretor, consolidando-se em todo o Brasil.

O primeiro grupo escolar do Rio Grande do Norte foi instalado na cidade de Natal. Chamado de Grupo Escolar Augusto Severo, foi criado em março de 1908, no exercício do governo de Antônio José de Souza e Melo (1907- 1908). No ano seguinte foi instalada a Reforma da Instrução Pública (Lei n. 284, de 30 de novembro de 1909) na perspectiva de estabelecer diretrizes para o sistema de ensino público no âmbito do ensino primário, secundário e normal, sob a responsabilidade do governo estadual. O Grupo Escolar Augusto Severo também passa a ser a Escola-Modelo para outros grupos construídos no Rio Grande do Norte (MOREIRA, 2005).

No dia 11 de agosto de 1911 o Decreto nº 254 criou “na cidade do Assú um Grupo Escolar denominado Tenente Coronel José Correia, compreendendo duas escolas elementares, uma para cada sexo e uma mista infantil”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1911). A implantação do grupo escolar ocorreu durante a administração do Governador Alberto Maranhão.

Todo o processo de escolarização presente nesse espaço é pensado com a finalidade de romper com a imagem arcaica e tradicional dos modelos e métodos das escolas de primeiras letras do período imperial que funcionavam geralmente nas residências dos próprios professores. Instituição escolar com traços marcantes, os grupos escolares dispunham de grande aparato de inovações pedagógicas com a finalidade de construir uma nova identidade nacional e um perfil de povo civilizado e letrado formando cidadãos amantes da ordem e do progresso².

Entretanto, a implantação do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia não anulou a presença de outros modelos de instrução primária na cidade do Assú. O Decreto nº 239, de 15 de dezembro de 1910 orienta em seu artigo 2º que “o ensino primário será dado nos grupos escolares, cadeiras isoladas e escolas nocturnas estabelecidas em cada município”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1910).

Em seu artigo 5º, a Lei n. 405 de 29 de novembro de 1916 (RIO GRANDE DO NORTE, 1916, p. 9) registra que as escolas isoladas eram estabelecimentos de “ensino primário creado pelo governo do Estado, da mesma forma que os grupos escolares, porém sem dependência de outras escolas”, podendo “ser mixtas, masculinas e femininas, diurnas e nocturnas” e ministrando “o ensino por meio de cursos graduados, infantil e elementar, com o mesmo material escolar e pedagógico que os grupos escolares”.

² De acordo com Pinheiro (2002, p. 162) “A partir da implantação do regime republicano [...], a questão educacional ganhou progressiva centralidade política nos discursos da elite brasileira, chegando, inclusive, a dar o ‘tom’ nas campanhas eleitorais. ‘Educar o povo’ passou a constituir uma das metas mais importantes a ser alcançada por gestores públicos”.

Além do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, que por volta de 1929 contava com uma matrícula de 161 alunos, existiam mais três escolas subvencionadas pelo governo estadual ou municipal funcionando no centro do Assú: a Escola Santa Ighes, mista, dirigida pela professora particular Maria Eufrosina Fernandes com a matrícula de 116 alunos; a Escola Santa Therezinha, mista, dirigida pela professora particular Josefa Soares de Macedo com 24 alunos, e o Colégio Nossa Senhora das Vitórias, da Congregação das Filhas do Amor Divino, com uma matrícula de 78 alunas. (PINHEIRO, 1997). O Colégio Nossa Senhora das Vitórias funcionava em um prédio próprio e atendia prioritariamente meninas de elite, inclusive de outras cidades da região, que ficavam na escola em regime de externato, semi-internato ou internato.

Observamos nos dados apresentados que existiam 379 alunos matriculados no centro da cidade. Por volta dessa época, a estimativa populacional era de 28000 habitantes. Concluimos que as escolas presentes no município atendiam um percentual de pouco mais de 1% da população localizada na região central. Esses dados evidenciam que a educação escolar precisava ser bastante difundida para que o índice de analfabetismo diminuísse de forma mais consolidada.

Em relatório de 1928, Amorim (2008, p. 16) afirmava à época que “o município de Assú é um dos que mais se preocupa com a instrução pública. Não obstante a média de frequência escolar é muito baixa em relação à sua população infantil”, explicando-se a dificuldade de combate ao analfabetismo na cidade “pela grande disseminação das habitações e falta de meios fáceis de comunicação”. De acordo com Pinheiro (1997, p. 147), considerando a quantidade de pessoas em idade escolar na cidade, o grande número de analfabetos decorria “da reduzida oferta de escolas, uma vez que as escolas subvencionadas particulares atendiam [...] praticamente aos filhos de proprietários rurais, comerciantes e alguns filhos de moradores das fazendas”.

Agregue-se a isso o fato de os prédios construídos para o funcionamento de um grupo escolar não possuírem “um número grande de salas de aula, e que cada municipalidade construía apenas um edifício para o funcionamento de um grupo escolar”. (AZEVEDO; STAMATTO, 2012, p. 119).

As escolas mais importantes que funcionavam no centro do Assú em 1929 eram o Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia e o Colégio Nossa Senhora das Vitórias. Por contarem com um espaço arquitetônico próprio, mais estruturado para a aplicação das aulas, uma organização bem elaborada em termos de hierarquia e métodos didáticos e pedagógicos, poderiam ser os espaços preferidos para o atendimento dos filhos da elite local. Dessa forma,

apesar de parecer colaborar com a diminuição do analfabetismo, dado que concentrava a maior quantidade de alunos, o Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia não favorecia o acesso à maioria da população. Pinheiro (1997, p. 148), observa que o perfil excludente na instituição era notado em elementos simples:

A seletividade e excludência estavam presentes em decisões de aparente irrelevância, como por exemplo, o fardamento escolar. A primeira farda (1911), segundo se observa em fotografias e descrições feitas através de depoimentos orais, expressam um tipo de indumentária própria a uma camada social mais favorecida. O referido fardamento é assim apresentado: para as meninas, vestido branco, com faixa na cintura de cor azul natiê, saia com pregas, blusa com gola e punhos contornados com bico; para os meninos, calça curta e camisa de cor branca. Todas as crianças usavam chapéu da mesma cor e tecido da farda, sapato e meia.

Segundo Saviani (2013, p. 175), durante a Primeira República os grupos escolares funcionavam como “uma escola mais eficiente para o objetivo de seleção e formação das elites. A questão da educação de massas populares ainda não se colocava”. Apesar de ter se mostrado um modelo escolar desenvolvido e organizado em relação as antigas escolas de primeiras letras do período imperial e ofertarem uma educação de qualidade, os grupos escolares se tornaram uma instituição educativa que não atingia a grande parcela da população.

Como citado anteriormente, as escolas existentes em Assú atendiam principalmente os filhos da elite local formada em geral por proprietários rurais, comerciantes e fazendeiros. Essas famílias poderiam estar preocupadas com um projeto social mais amplo voltado à formação escolar de seus filhos para o atendimento dos serviços públicos e privados da cidade. Dessa forma, as novas gerações continuariam exercendo os melhores serviços e direcionando para as classes mais pobres e, talvez mais desinformadas, os serviços braçais. É importante lembrar que para Frago (1993, p. 41), o processo de alfabetização escolar historicamente mantém uma correspondência direta com a estrutura sócio-ocupacional e:

mostra sua distribuição desigual entre os diferentes estamentos, classes, categorias ou grupos sociais. O modelo ou processo de alfabetização seguido pode modificar essa distribuição, atenuar ou acentuar diferenças, afetar ou não determinados grupos, mas, em qualquer tempo e lugar, não se pode fazer sua história sem fazer, ao mesmo tempo, a história da sua distribuição social desigual. Sua evolução não é, em todo caso, linear. Uns grupos avançam e outros estancam ou retrocedem comparativamente, mas a generalização do processo sempre ocorre, em suas linhas gerais, das camadas sociais superiores para as inferiores.

O paradigma excludente dos grupos escolares em suas primeiras décadas de funcionamento é identificado em diversos lugares do Brasil. Na Paraíba, Pinheiro (2002, p.

125) destaca que a “implantação e expansão desse novo tipo de instituição escolar ocorreu de forma desigual e atendeu necessidades sociais e culturais condicionadas a particularidades políticas e econômicas e no nível de organização escolar existente em cada estado”. Em São Paulo, Souza (1998, p. 113) aponta que em suas primeiras décadas de funcionamento os grupos escolares apresentavam um perfil seletivo “voltado para alguns setores, isto é, aqueles mais bem integrados na sociedade urbana e mantendo excluídos os trabalhadores subalternos, os negros, os pobres, os miseráveis”.

Como observamos anteriormente, a cidade do Assú no final do século XIX e primeiras décadas do século XX era marcada por diversos elementos excludentes. Até mesmo a expansão cultural e literária desenvolvida de forma tão importante na cidade apresentava marcas da contribuição e participação ativa prioritariamente da elite local. Assim, acreditamos que ao menos em suas primeiras décadas de funcionamento o Grupo Escolar Tenente Correia José Correia reproduziu o mesmo perfil excludente identificado nas escolas de primeiras letras do Império, perpetuando essa realidade tão enraizada na cidade.

Considerações

Por meio deste trabalho, analisamos as formas de relação e exclusão social que se estabeleceram no processo de consolidação da educação primária da cidade do Assú/RN durante o Império e a Primeira república. Observamos que a primeira legislação do Império brasileiro referente ao ensino primário foi instituída em 15 de outubro de 1827 criando escolas de primeiras letras nas cidades, vilas e lugares mais populosos. E por ser uma importante vila do interior da província do Rio Grande do Norte nesse período, a então Vila Nova da Princesa (antigo nome da cidade do Assú) recebeu cadeiras de primeiras letras no ano de 1829. Depois de elevada à categoria de cidade em 1845, o território despontava economicamente no interior do Rio Grande do Norte, e assim como os melhoramentos e o progresso trazidos por esse desenvolvimento beneficiavam principalmente os membros da elite local, a educação primária implantada no Império também seguiu um padrão elitista excluindo de seu espaço a camada mais pobre da população.

Com a instituição do governo republicano, em 1889, são implantados no país os grupos escolares. Esses novos espaços educativos apresentavam um conjunto de inovações pedagógicas, com espaço arquitetônico próprio e diversificados recursos didáticos. Na cidade do Assú, foi inaugurado no dia 07 de setembro de 1911 o Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. A implantação do grupo escolar ocorreu simultaneamente ao processo de

expansão literária e cultural da cidade, além do desenvolvimento econômico, que já consolidava sua presença no estado. Também nesse novo momento histórico e político do país, a implantação da educação primária na cidade favoreceu aos comerciantes e donos de fazendas, e manifestaram-se a partir de práticas excludentes.

Essa realidade de exclusão social presente nas escolas de primeiras letras e no Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, espaços de educação primária na cidade do Assú, seguiram um padrão de segregação social identificado em diversos outros pontos do país. Na espacialidade e temporalidade que delimitamos, ficou evidente que esses modelos educacionais beneficiavam os membros da elite local e apresentaram-se como um elemento de manutenção dessas famílias nos melhores postos da sociedade. Contudo, é essencial a continuidade das pesquisas histórico-educacionais na cidade, buscando uma compreensão e acompanhamento das transformações e mudanças socioeconômicas para identificarmos em que momento ocorre uma abertura dos espaços educacionais para as classes populares locais.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Pedro. **O Município de Assú: notícia até 1928**. Natal: Sebo Vermelho, 2008.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Escola da Ordem e do Progresso: Grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte**. Brasília: Liber Livro, 2012.

BEZERRA, Ivan Pinheiro. **Assú: Dos Janduis ao sesquicentenário**. Mossoró: Queima-Bucha, 2010.

_____. Escola José Correia – 95 anos de glória. **Tribuna do Vale do Açu**. 02/09/2006. Assú, 2006.

FERREIRA, Cláudia Maria Felício. **A poesia de Renato Caldas e sua dimensão educativa**. Dissertação (Mestrado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1999.

FRAGO, Antonio Viñao. **Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

IMPÉRIO DO BRAZIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Cria escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Chancellaria-mór do Império do Brazil, Rio de Janeiro, livro 1º de cartas, leis e alvarás. 31 de outubro de 1827.

LIMA, Nestor dos Santos. **Municípios do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Arez, Assú e Augusto Severo**. Mossoró: Coleção Mossoroense. ESAM, 1990.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. 4. ed. Natal: Flor do Sal, 2015.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar “Augusto Severo” – Natal/RN (1908-13)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

PINHEIRO, Rosanália de Sá Leitão. **Sinhazinha Wanderley: o cotidiano de Assú em prosa e verso (1876-1954)**. Tese (Doutorado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1997.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto n° 239, de 15 de dezembro de 1910**. Baixa o Código de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte. Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 15 de dezembro de 1910.

_____. **Decreto n° 254, de 11 de agosto de 1911**. Cria na cidade do Assú o Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 11 de agosto de 1911.

_____. **Lei n° 405, de 20 de novembro de 1916**. Reorganiza o ensino primário, secundário e profissional no Estado. Congresso Legislativo, Natal, 29 de novembro de 1916.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVEIRA, Celso da. **Assu – gente, natureza, história**. Natal: Boágua Editora, 1995.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.